

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	20
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	23
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	28
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	31
10.8 - Plano de Negócios	32
10.9 - Outros fatores com influência relevante	33

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Gerenciamento dos Instrumentos Financeiros

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Concessionária.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras, Fundação ELETROCEEE, FIDC (III e V) e Banco do Brasil, estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres referem-se a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede e vendas de energia na CCEE, e estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$102.848.

Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Concessionária incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Risco de Preço

Atualmente a venda de energia da CEEE-GT é dividida entre dois grandes mercados: o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e o ACL. No ACR o preço normalmente é inferior ao preço do ACL devido a diferença de risco entre os dois mercados.

O risco do ACR é menor em função de ser fiscalizado e regulado pela ANEEL e as empresas compradoras são compostas por distribuidoras que normalmente tem contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No ACL os contratos são bilaterais e, além de normalmente terem um prazo contratual menor que o ACR, ficam expostos a um mercado mais agressivo, como as sazonalizações e dificuldades econômicas provenientes da concorrência entre as empresas, tornando as compradoras, no geral, mais instáveis.

Novamente a partir de 2013, através da Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012 que trata das concessões de geração, a precificação da energia das usinas prorrogadas será estipulada pela ANEEL através de uma tarifa, calculada para cada usina ou PCH. Esta tarifa será reajustada anualmente, com uma revisão tarifária a cada cinco anos.

A Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Risco de Mercado

A energia da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT foi comercializada através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ACR e através de Contratos Bilaterais no ACL.

Através da Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012, a energia das usinas prorrogadas serão transformadas em cotas, cabendo as concessionárias de distribuição que se interligarem ao SIN durante o ano de 2013 participar da alocação inicial das cotas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Concessionária irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

Risco de Taxas de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Concessionária vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Concessionária.

Riscos Hidrológicos

As usinas hidrelétricas, juntamente com a PCHs, representam aproximadamente 77% da garantia física do sistema elétrico brasileiro e estão sujeitas ao risco de escassez água ao longo do tempo. O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico das usinas, seja através da definição de garantia física para cada um dos empreendimentos de geração, independentemente da fonte de energia, seja através da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, instrumento financeiro para compartilhamento do risco, de modo que a operação do SIN seja realizada buscando a otimização eletroenergética do sistema como um todo. O MRE é compulsório para todas as hidrelétricas despachadas centralizadamente, mas como estratégia para mitigação de risco a CEEE-GT exerceu a opção de adesão de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas ao mecanismo. Outras fontes energéticas (termelétricas a biomassa, a gás, nuclear, a óleo, carvão mineral, eólicas e outras fontes de energia) têm a função de diversificar a matriz energética do país e atuar como fonte complementar de energia.

Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Concessionária.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:****a. riscos para os quais se busca proteção**

A empresa está atenta ao risco cambial e focará a gestão deste risco responsavelmente, levando em conta o potencial grau de dispersão do dólar e o prazo dos compromissos futuros relacionados à dívida. A empresa direcionará a gestão do risco de curto prazo usando métodos específicos que permitam a contratação de proteção a custos que sejam condizentes com o nível de risco que se pretende eliminar.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia, tendo em vista o histórico dos últimos anos, não se utiliza de mecanismo de proteção em relação ao seu patrimônio, apenas segura alguns bens patrimoniais que considera de maior risco.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A companhia não se utiliza da prática de contratar hedge em suas operações financeiras.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não existem parâmetros para este gerenciamento

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A empresa não opera instrumentos de proteção financeiros (hedge), mas sim monitora os possíveis riscos.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Os ativos com cobertura para incêndio, raio, explosão, implosão, fumaça e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial foi contratado junto à TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A, contrato 9947695, e tem vigência a partir de 24 h 11/04/2013 até as 24 h de 11/04/2014. O valor do contrato segurado no segmento Geração é de R\$ 58.112.657,77 e no de Transmissão é de R\$ 215.796.310,60 e os prêmios são R\$ 99.299,42 e R\$ 382.078,88 respectivamente.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A companhia não se utiliza dessa prática.

A CEEE-GT possui um conjunto de Políticas para atender ao seu Estatuto Social, bem como às exigências legais e aquelas emanadas dos órgãos reguladores.

Essas Políticas têm como objetivo refletir todas as práticas desenvolvidas na empresa com base na sua missão e valores fundamentada nos princípios de ética, sustentabilidade,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

segurança, excelência técnica e valorização das pessoas. Além disso, a empresa vem trabalhando na elaboração das políticas de Gerenciamento de Capitais, Riscos Financeiros, Equivalente de Caixa, Investimentos, Destinação de Resultados e Reconhecimento da Receita, tendo sido implantada pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, em 2012, uma Política de Monetização das NTN-B's recebidas da União. A Referida Política tem como objetivo garantir a gestão dos recursos, transparência de preços e segurança nas operações de monetização no mercado secundário através de plataforma eletrônica, buscando aumentar a base de investidores, levando a uma melhor precificação dos títulos públicos, e, conseqüentemente, preservar o valor do patrimônio da CEEE-GT, além de atender os princípios fundamentais da Administração Pública.

Ainda em 2012, foi aprovada a revisão da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Conforme descrito no item 05.02 a Companhia não utiliza práticas de proteção a riscos, especificamente aos financeiros. Em relação ao último exercício social não houve grandes variações, principalmente em relação ao risco cambial, pois o nível de comprometimento, em relação ao total do passivo, não é significativo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além das informadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Os Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT comentam que o exercício de 2012, foi de mudanças no rumo da empresa com o anúncio oficial pela Excelentíssima Presidenta da República, do desfecho de uma ação judicial que perdurava por quase 20 anos, na qual as empresas que compõem o Grupo CEEE firmaram acordo com a União.

Para o êxito final, foi importante a participação efetiva da Advocacia Geral da União, da Secretaria do Tesouro Nacional, da Agência Nacional de Energia Elétrica, das Centrais Elétricas do Brasil, da Receita Federal do Brasil, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul e do Acionista Controlador Estado do Rio Grande do Sul, resultando no reconhecimento de mais de R\$ 1,2 bilhões de reais à CEEEGT.

Os valores recebidos foram convertidos em Títulos Públicos denominados Notas do Tesouro Nacional – NTN, a serem utilizados em investimentos prudentes e regulatórios na concessão de Geração e Transmissão e pagamento de despesas intra-setoriais.

Em 11 de setembro de 2012, após o anúncio da Medida Provisória nº 579/2012, pela Presidenta Dilma Rousseff, convertida na Lei nº 12.783/2013, estabeleceu um novo marco regulatório no Setor Elétrico Nacional, trazendo como resultados, ajustes de premissas, gerando projeções com resultados negativos para os próximos exercícios.

Em decorrência disso, no resultado de 2012 foi registrada a baixa do ativo fiscal diferido relativo ao imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 229 milhões, efetuados com base em estudo técnico de realização do Ativo, conforme determina a Instrução CVM nº 371/2002, fato que afetou o resultado do exercício de 2012. Os diretores entendem que a adoção de medidas estratégicas, através de um Programa de Recuperação Financeira, com incremento da receita, redução de despesas e reformulação do plano de investimentos, é peça-chave na busca da excelência nos serviços e na viabilidade econômico-financeira da empresa.

No que se refere ao plano de investimentos, a Companhia busca aumentar a confiança do sistema elétrico já que, especificamente no Estado do Rio Grande do Sul, a demanda de energia elétrica exigiu uma elevação de mais de 7% em relação a 2011, gerado pelo incremento da economia. Além disso, há, ainda, grandes eventos que necessitam maior disponibilidade e confiabilidade no sistema de energia elétrica, entre eles a Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014.

Para garantir que esses investimentos ocorram em curto e médio prazo e com a maior eficácia, a Companhia conta com recursos originados de importantes financiamentos contratados com instituições de fomento internacionais que, juntos, totalizam US\$ 148 milhões. Foi contratado US\$ 89 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como US\$ 59 milhões junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Os diretores da CEEE GT entendem que a estrutura de capital da Companhia está equilibrada, com destaque no novo perfil das dívidas, com taxas aderentes, e prazos mais alongados, em consonância com a política financeira da Companhia.

Em 2010, a estrutura de endividamento registrava 30% do seu passivo no curto prazo e 70% no longo prazo.

No ano de 2011, a estrutura de endividamento aumentou para 56 % no curto prazo e ficou em 44% em longo prazo, reduzindo em 2012 para 51% no curto prazo e aumentando para 49% em longo prazo, apresentando um endividamento em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 181,6

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Milhões. A Administração entende que no geral os indicadores estão aderentes a situação econômica da empresa, com tendências de melhora futura após a implantação das medidas constantes no Programa de Recuperação Financeira da CEEE- GT.

INDICADORES - 2010/2012	2012	2011	2010
1 - Liquidez			
Liquidez Geral (AC+ANC) / (PC+PNC)	2,60	2,36	2,21
2 - Endividamento			
Grau de Endividamento (PC+PNC) / AT	38%	42%	45%
Endividamento Financeiro (Empréstimos+Encargos) / AT	5%	8%	10%
3 - Estrutura de Endividamento			
Endividamento de Curto Prazo (Empréstimos CP) / Empréstimos Total	51%	56%	30%
Endividamento de Longo Prazo (Empréstimos LP) / Empréstimos Total	49%	44%	70%
Dívida Líquida (Empréstimos e Financiamentos - Caixa e Equivalentes de Caixa)	64.498	296.392	363.671
4 - Rentabilidade			
ROE - Taxa de Retorno sobre Investimentos (LL / AT)	-3,54%	2,34%	4,07%
5 - Lucratividade			
Margem Líquida (LL / ROL)	-13,67%	11,56%	20,69%
6 - Análise Avançada			
Capital Circulante Líquido (AC - PC)	1.410.890	688.967	(10.441)
7 - Retorno sobre o Capital Investido			
EBITDA (Resultado do Serviço + Depreciação)	251.376	169.647	118.311
Margem EBITDA (EBITDA / ROL)	26,38%	22,25%	16,02%

Na mesma linha, a Companhia buscou financiamento no mercado com instituições nacionais, firmando contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 304 milhões, cujo objeto é a ampliação e modernização de 25 subestações, linhas e modernização do Sistema de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul. É importante destacar a retomada da capacidade de investimento da CEEE-GT, e o novo perfil dessas dívidas, com taxas aderentes, em consonância com a política financeira da Companhia, cujos aportes internacionais e nacionais, totalizam R\$ 600 milhões de reais, e serão destinados para investimentos prudentes nas concessões de geração e transmissão de energia elétrica.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A CEEE-GT tem sua estrutura de capital formada conforme quadro a seguir:

Estrutura Capital	2012	%	2011	%	2010	%
Capital Terceiros	1.411.604	38,39%	1.593.606	42,36%	1.701.401	45,34%
Capital Próprio	2.265.143	61,61%	2.168.734	57,64%	2.051.413	54,66%
Capital Total	3.676.747	100,00%	3.762.340	100,00%	3.752.814	100,00%

O Padrão de financiamentos das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela relação entre o endividamento e o patrimônio líquido. Os Diretores da Companhia entendem que as participações do capital estão em níveis adequados não comprometendo o desempenho da Concessionária.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- i. Hipóteses de resgate
- ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate ou fórmula de cálculo, além dos legalmente previstos.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A Concessionária se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos.

Em 2012 a Dívida Líquida da Companhia (empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa) totalizou R\$ 64,5 milhões.

Em 2011 a Dívida Líquida da Companhia totalizou R\$ 296,4 milhões.

Essa redução de aproximadamente 78% entre os anos de 2012/2011 foi resultado da compensação de dívidas, constante do termo de acordo para liquidação da CRC firmado com a União no início de 2012.

Em 2010 a Dívida Líquida da CEEE-D totalizou R\$ 363,7 milhões.

A capacidade de pagamento dos contratos de financiamentos é avaliada e planejada quando da definição da estrutura de pagamento das captações de recursos necessários aos negócios da Companhia de acordo com sua capacidade de pagamento, com prévia homologação e anuência do órgão regulador – ANEEL.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela está prevista para ocorrer em março de 2013.

Em dezembro de 2011, a COFIEX aprovou uma operação financeira de US\$ 147,7 milhões sendo US\$ 88,6 milhões financiados pelo BID e US\$ 59,1 milhões co-financiado pela AFD. São US\$ 67,9 milhões a serem investidos em Obras de Geração de Energia e US\$ 79,8 milhões em Obras do Sistema de Transmissão. Também está sendo feito tratativas junto ao BNDES e Eletrobrás para financiar inovações adjacentes as obras do BID/AFD, todas dentro do Plano de Expansão da Empresa.

Em 2010, a CEEE-GT iniciou procedimentos para firmar contrato com o BID, visando obter financiamento para obras vinculadas à Copa do Mundo de 2014. Também foram capitaneadas tratativas com o BNDES para financiar investimentos adjacentes às obras do BID, todos dentro do Plano de Expansão da empresa. No entanto, não ocorreu ingresso de recursos oriundos de captações no mercado financeiro, pois o ano de 2010 contou com o saldo de R\$ 30 milhões referente ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC V, cuja

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

estruturação iniciou-se em 2008. Os recursos estão vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal e destinam-se a realização de obras de geração e transmissão de energia elétrica, com cronograma de encerramento em 2010 (principal conjunto de obras) e 2011 e 2012 para alguns projetos de geração e transmissão.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Estão em estudos pela CEEE-GT a estruturação de operações financeiras, além daquelas já contratadas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES e ELETROBRAS, a fim de suprir suas necessidades para cobertura de deficiências de Liquidez.

Considerando tal fato, a companhia se utiliza de estruturas financeiras complexas para alavancar seus projetos e capital de giro, tais como: fundo de investimentos em direitos creditórios, cédula de crédito bancária com garantia em duplicatas, debêntures, notas promissórias, entre outras.

Essas operações, via de regra, comprometem os recebíveis da companhia, fator este limitante à obtenção de créditos, além de exigirem prévia autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As operações de créditos estruturadas pela Companhia junto aos agentes financeiros são criteriosamente analisadas, no intuito de obter a oferta nas características mais vantajosas à Concessionária. Os níveis de endividamento são constantemente monitorados pela Companhia e analisados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL sempre que a CEEE-GT estrutura uma operação financeira, o qual para sua efetivação depende de autorização do regulador.

Em 2012 o endividamento total da companhia atingiu o índice de 38,39% onde o saldo das dívidas oriundas de empréstimos e financiamentos nacionais da CEEE-GT totalizou R\$ 181,7 milhões, cujas características estão demonstradas no quadro a seguir:

Agentes Financeiros	Indexador	Vencido	Saldo (R\$ mil)	% total	*Endividamento
Eletrobrás - RGR	RGR	2017	19.708	10,85%	
ELETROCEEE	INPC	2013	3.284	1,81%	
FIDC	CDI	2015	158.678	87,34%	
Saldo da Dívida Total			181.670	100%	5,20%

* Índice de endividamento de empréstimos e financiamentos, calculados sobre o Ativo Total

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2011 o endividamento total da companhia atingiu o índice de 42,36% onde o saldo das dívidas oriundas de empréstimos e financiamentos nacionais e internacionais da CEEE-GT totalizou R\$ 313,3 milhões, cujas características estão demonstradas no quadro a seguir:

Agentes Financeiros	Indexador	Vencido	Saldo (R\$ mil)	% total	*Endividamento
Eletrobrás - UFIR	RGR	2017	4.047	1,29%	
Eletrobrás - RGR	RGR	2017	71.895	22,95%	
ELETOCEEE	INPC	2013	10.351	3,30%	
Banco do Brasil	CDI	2012	1.852	0,59%	
FIDC	IPCA/DI	2015	225.121	71,86%	
Saldo Dívida Moeda Nacional			313.266	-	8,97%
Gov.Fed.Bcos.Priv - DMLP	US\$	2024	30	0,01%	
Brazilian I. Bond - BIB	US\$	2013	1	0,00%	
Saldo Dívida Moeda Externa			31	-	0,00%
Saldo da Dívida Total			313.297	100%	8,97%

* Índice de endividamento de empréstimos e financiamentos, calculados sobre o Ativo Total

Em 2010 o endividamento total da companhia atingiu o índice de 45,34% onde o saldo das dívidas oriundas de empréstimos e financiamentos nacionais e internacionais da CEEE-GT totalizou R\$ 385,6 milhões, cujas características estão demonstradas no quadro a seguir:

Agentes Financeiros	Indexador	Vencido	Saldo (R\$ mil)	% total	*Endividamento
Eletrobrás - UFIR	RGR	2017	5.637	1,46%	
Eletrobrás - RGR	RGR	2019	31.773	8,24%	
ELETOCEEE	INPC	2013	15.982	4,14%	
Banco do Brasil	CDI	2012	6.817	1,77%	
FIDC	IPCA/DI	2015	283.496	73,52%	
Saldo Dívida Moeda Nacional			343.705	-	9,84%
Gov.Fed.Bcos.Priv - DMLP	US\$	2024	39.717	10,30%	
Brazilian I. Bond - BIB	US\$	2013	2.204	0,57%	
Saldo Dívida Moeda Externa			41.921	-	1,20%
Saldo da Dívida Total			385.626	100%	11,04%

* Índice de endividamento de empréstimos e financiamentos, calculados sobre o Ativo Total

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A empresa possui contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEEGT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela está prevista para ocorrer em março de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos anos de 2011 e 2010, não houve empréstimos e financiamentos relevantes.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo com instituições financeiras foram demonstradas nos itens anteriores.

iii. Grau de subordinação entre dívidas

A CEEE-GT possui recebíveis dados como garantia dos seus empréstimos e financiamentos junto às Instituições Financeiras, cujos percentuais são monitorados pelo Regulador, não havendo sobreposição de garantias das dívidas da Geradora e Transmissora. Em relação à subordinação das dívidas, a estrutura dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC foi constituída de forma subordinada, com preferência do FIDC III em relação ao FIDC V.

FIDC's	2012	2011	2010
FIDC III	32.639	62.976	93.246
FIDC V	126.039	162.145	190.250
Total	158.678	225.121	283.496

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há restrições impostas nos contratos de financiamentos junto às instituições que limitem endividamentos ou contratação de novas dívidas à distribuição de dividendos, a alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário. Como forma de monitoramento da situação financeira da Concessionária pelos financiadores Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, a Concessionária deverá estar em conformidade com os indicadores de margem EBITDA estabelecidos contratualmente. Caso não sejam atingidos tais indicadores a Concessionária deverá apresentar prontamente aos bancos a atualização do Programa de Recuperação Financeira – PRF, em curso na empresa, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas bem como seu respectivo cronograma de modo a atingir os referidos índices.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os Limites de utilização dos financiamentos já contratados são aqueles estipulados nos contratos firmados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Eletrobras baseados nos cronogramas físico-financeiros das obras financiadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT encerrou o exercício de 2012 com um prejuízo de R\$130 milhões, representando, uma variação negativa de 247,73% em relação ao ano anterior que apresentou lucro de R\$88 milhões.

O resultado negativo decorrente principalmente da baixa do Ativo Fiscal Diferido relativo ao imposto de renda e contribuição social, no valor de R\$229 milhões, efetuada com base no estudo técnico de realização do Ativo, conforme determina a Instrução CVM nº371/2002, restando um saldo no ativo de R\$23,6 milhões.

Outros fatores que contribuíram para este resultado foram o crescimento do Custo do Serviço de Energia Elétrica na ordem de 11,50%, passando de R\$415,4 milhões no exercício de 2011 para R\$463,1 milhões no exercício de 2012, em virtude da aquisição de energia junto à CCEE e também em Outras Despesas – Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos, passando de R\$14,7 milhões em 2011 para R\$95,3 milhões no exercício de 2012.

Por outro lado, alguns aspectos positivos contribuíram para que o resultado não sofresse maior ônus, como o reconhecimento da atualização dos títulos disponíveis para venda (NTN-B), decorrente da liquidação do Processo da CRC no valor de R\$103 milhões; o ajuste da linearização da receita da Transmissão das instalações que possuem receitas em forma de degrau de R\$(24,6) em dezembro de 2011 para R\$46,2 em dezembro de 2012, ou seja, um aumento de 287,7% em relação ao mesmo período do ano anterior; outro aspecto positivo refere-se à remuneração do ativo financeiro, que atingiu o valor positivo de R\$ 42,8 milhões no exercício de 2012, se comparado com o exercício de 2011, o qual apresentou um valor de R\$(45,3) milhões.

Abaixo segue quadro contendo as contas de resultado da empresa, comparados em relação aos três últimos exercícios sociais, com as variações percentuais das rubricas, cujos valores estão expressos em milhares de reais:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/2012	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	31/12/2011	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	31/12/2010	ANÁLISE VERTICAL
RECEITA OPERACIONAL	1.087.584	14%	23%	886.692	16%	3%	861.248	17%
Suprimento de Energia Elétrica	358.642	-62%	1%	356.623	-53%	10%	324.244	-56%
Disponibilização do Sistema de Transmissão	553.677	-42%	10%	505.593	-34%	11%	456.223	-38%
Linearização	46.238	-95%	-288%	(24.630)	-103%	14%	(21.608)	-103%
Receita de O&M	(383.142)	-140%	15%	(334.413)	-144%	11%	(302.188)	-141%
Remuneração do Ativo Financeiro	425.875	-55%	47%	289.106	-62%	5%	276.471	-63%
Energia Elétrica de Curto Prazo	20.427	-98%	12%	18.297	-98%	17%	15.676	-98%
Receita de Construção	58.347	-94%	9%	53.433	-93%	-55%	119.249	-84%
Outras Receitas Operacionais	7.520	-99%	-67%	22.683	-97%	-433%	(6.819)	-101%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(134.721)	-114%	8%	(124.208)	-116%	1%	(122.729)	-117%
ICMS/ISS	(155)	-100%	60%	(97)	-100%	7%	(91)	-100%
PASEP e COFINS	(64.175)	-107%	17%	(55.046)	-107%	11%	(49.675)	-107%
Quota RGR	(17.539)	-102%	82%	(9.625)	-101%	-54%	(20.881)	-103%
Outros Encargos	(10.382)	-101%	15%	(8.992)	-101%	-6%	(9.547)	-101%
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(8.155)	-101%	4%	(7.852)	-101%	16%	(6.789)	-101%
Subvenções CCC	(17.320)	-102%	-33%	(25.691)	-103%	27%	(20.183)	-103%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(16.995)	-102%	1%	(16.905)	-102%	9%	(15.563)	-102%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	952.863	0%	25%	762.484	0%	3%	738.519	0%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(463.136)	-149%	11%	(415.385)	-154%	-6%	(440.736)	-160%
Custo com Energia Elétrica	(60.869)	-106%	15%	(52.752)	-107%	36%	(38.926)	-105%
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(22.948)	-102%	32%	(17.403)	-102%	263%	(4.791)	-101%
Encargo de Uso do Sistema	(37.921)	-104%	7%	(35.349)	-105%	4%	(34.135)	-105%
Custo de Operação	(402.267)	-142%	11%	(362.633)	-148%	-10%	(401.810)	-154%
Pessoal e Administradores	(218.706)	-123%	14%	(192.492)	-125%	12%	(172.408)	-123%
Material	(7.614)	-101%	-28%	(10.525)	-101%	1%	(10.423)	-101%
Serviço de Terceiros	(27.663)	-103%	12%	(24.701)	-103%	11%	(22.291)	-103%
Depreciação e Amortização	(62.685)	-107%	3%	(60.710)	-108%	-1%	(61.230)	-108%
Custo de Construção	(58.347)	-106%	9%	(53.433)	-107%	-55%	(119.249)	-116%
Outros	(27.252)	-103%	31%	(20.772)	-103%	28%	(16.209)	-102%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	489.727	-49%	41%	347.099	-54%	17%	297.783	-60%
Despesas Operacionais	(206.425)	-122%	-25%	(274.148)	-136%	19%	(230.248)	-131%
Despesas com Vendas	(572)	-100%	-54%	(1.243)	-100%	389%	(254)	-100%
Despesas Gerais e Administrativas	(56.211)	-106%	34%	(41.958)	-106%	-1%	(42.329)	-106%
Outras Despesas Operacionais	(149.642)	-116%	-35%	(230.947)	-130%	23%	(187.665)	-125%
Outras Receitas	1.269	-100%	-97%	50.701	-93%	319%	12.092	-98%
Outras Despesas	(96.140)	-110%	536%	(15.110)	-102%	-34%	(23.007)	-103%
RESULTADO DO SERVIÇO	188.431	-80%	74%	108.542	-86%	92%	56.620	-92%
Resultado de Participações Societárias	38.483	-96%	53%	25.098	-97%	24%	20.303	-97%
Receita/Despesa Financeira	74.201	-92%	-346%	(30.135)	-104%	-203%	29.332	-96%
Renda de Aplicações Financeiras	2.221	-100%	-24%	2.910	-100%	-59%	7.059	-99%
Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	(18.211)	-102%	-32%	(26.833)	-104%	-1%	(27.241)	-104%
Encargos de Dívidas	(3.659)	-100%	-62%	(9.557)	-101%	-1%	(9.632)	-101%
Outras Receitas/Despesas Financeiras	93.850	-90%	2706%	3.345	-100%	-94%	59.146	-92%
LUCRO ANTES DO IR E CS	301.115	-68%	191%	103.505	-86%	-3%	106.255	-86%
Imposto de Renda Corrente	(39.055)	-104%	128%	(17.165)	-102%	-20%	(21.449)	-103%
Imposto de Renda Diferido	(288.278)	-130%	-4782%	6.157	-99%	-91%	64.878	-91%
Contribuição Social Corrente	(14.694)	-102%	125%	(6.541)	-101%	-20%	(8.171)	-101%
Contribuição Social Diferido	(89.344)	-109%	-4130%	2.217	-100%	-80%	11.253	-98%
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(130.256)	-114%	-248%	88.173	-88%	-42%	152.766	-79%
Prejuízo/Lucro Básico e Diluído por Ação - R\$	(0.34)			0.23			0.39	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício de 2012 comparado com 2011:

A CEEE-GT encerrou o exercício de 2012 com uma receita operacional bruta de R\$1.087.584, representando um aumento de 23% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$886.692.

Esse resultado deve-se principalmente à remuneração do ativo financeiro, que atingiu uma receita líquida no valor de R\$42.733, em dezembro de 2012 ante uma despesa líquida de R\$(45.307), para o mesmo período do ano anterior, assim como à disponibilização do sistema de transmissão, que cresceu em 10%, passando de R\$505.593 em dezembro de 2011 para R\$553.677 em dezembro de 2012, e ao ajuste da linearização da receita da Transmissão das instalações que possuem receitas em forma de degrau de R\$46.238 em dezembro de 2012 e R\$ (24.630) em 2011, ou seja, um aumento de 288% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As deduções da receita operacional aumentaram de R\$124.208 em dezembro 2011 para R\$134.721 em dezembro de 2012 pelos efeitos do crescimento da receita bruta. Na Quota da RGR, ocorreu um aumento de 82%, conforme estabelece Despacho ANEEL nº 502 de 10/02/2012 e 2513 de 07/08/2012, se comparada ao mesmo período do ano anterior.

A receita operacional líquida em dezembro de 2012 foi de R\$952.863 frente a R\$762.484 para dezembro de 2011, refletindo um aumento de 25%. Este comportamento deve-se a combinação das variações apresentadas na receita operacional bruta e nas deduções da receita operacional.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica apresentou um valor de R\$463.136 em dezembro de 2012 e R\$415.385 para o exercício de dezembro de 2011, um crescimento 11% em virtude da aquisição de energia junto a CCEE.

Nas despesas operacionais ocorreu uma variação negativa de 25%, reduzindo de R\$274.148 em dezembro de 2011 para R\$206.425 em dezembro de 2012, tendo em vista os acordos e pagamentos judiciais realizados em 2011.

Exercício de 2011 comparado com 2010:

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encerrou o exercício de 2011 com um lucro de R\$88.173 milhões, representando uma redução de 42% em relação ao lucro reapresentado em 2010, o qual foi de R\$152.766 milhões.

A receita operacional bruta foi de R\$886.692 em dezembro de 2011, 3% superior ao registrado no mesmo período de 2010, que foi de R\$861.248. Esse resultado deve-se basicamente ao Suprimento de Energia Elétrica, que atingiu o valor de R\$356.023, ante R\$324.244 em 2011, e à Disponibilização do Sistema de Transmissão, que aumento 11%, passando de R\$456.223 em dezembro de 2010 para R\$505.593 em dezembro de 2011.

As deduções da receita operacional aumentaram de R\$122.729 em dezembro de 2010 para R\$124.208 em dezembro de 2011 devido às variações positivas da receita bruta e também ao aumento das Quotas CCC, que passaram de R\$20.183 em 2010 para R\$25.691 em 2011.

As Despesas Operacionais apresentaram um acréscimo de 19% se comparado a dezembro de 2010 que foi de R\$230.248, refletido pelo acréscimo da Despesa com Vendas, pelo aumento das Provisões

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

para Créditos de Liquidação Duvidosa, e das Outras Despesas Operacionais devido, principalmente, ao aumento dos Acordos Judiciais Trabalhistas.

O resultado de 2011 decorreu principalmente pelos efeitos positivos da atualização monetária reconhecida em 2011 para o Processo da CRC em R\$ 44 milhões e pelos efeitos do Reajuste na RAP (Receita Anual Permitida) que ocorre em julho de cada exercício. Como aspecto negativo a este resultado, apresenta-se as negociações de contingências judiciais na ordem de R\$ 143 milhões e o ajuste da Conciliação físico-contábil dos bens patrimoniais para adequação da base do ativo imobilizado para atendimento à Resolução ANEEL 367/2009 no montante de R\$5 milhões.

EBITDA – (Lucros antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

A seguir, apresentamos o comportamento do EBITDA para os exercícios de 2010, 2011 e 2012, decorrente dos efeitos lançados no resultado do exercício, comentados anteriormente.

O EBITDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) apresentou um crescimento nos três últimos exercícios, sendo R\$118.311 em 2010, R\$169.647 em 2011 e R\$251.376 em 2012.

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2012	2011	2010	Variação % 2012/2011	Variação % 2011/2010
Receita Operacional Líquida - ROL	952.863	762.484	738.519	24,97	3,25
Custo do Serviço de Energia Elétrica	-463.136	-415.385	-440.736	11,50	-5,75
Despesas Operacionais	-206.425	-274.148	-230.248	-24,70	19,07
(-) Despesas com Vendas	-572	-1.243	-254	-53,98	389,37
(-) Despesas Gerais e Administrativas	-56.211	-41.958	-42.329	33,97	-0,88
(-) Outras Despesas Operacionais	-149.642	-230.947	-187.665	-35,21	23,06
Outras Receitas/Despesas	-94.871	35.591	-10.915	-366,56	-426,07
Resultado da Atividade ou EBIT	188.431	108.542	56.620	73,60	91,70
(+) Depreciação/Amortização	62.945	61.105	61.691	3,01	-0,95
EBITDA	251.376	169.647	118.311	48,18	43,39
Margem EBITDA	26,38%	22,25%	16,02%	4,13 p.p	6,23 p.p

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Abaixo apresentamos as variações patrimoniais dos três últimos exercícios:

	31/12/2012	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	31/12/2011	ANÁLISE VERTICAL	ANÁLISE HORIZONTAL	31/12/2010	ANÁLISE VERTICAL
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e Equivalentes de Caixa	117.172	3%	593%	16.905	0%	-23%	21.955	1%
Investimentos em Títulos do Governo	841.271	23%	100%	-	0%	0%	-	0%
Concessionárias e Permissionárias	102.848	3%	6%	97.272	3%	13%	86.332	2%
Tributos a Recuperar	1.956	0%	-35%	3.028	0%	-84%	18.632	0%
Estoques	7.955	0%	14%	6.969	0%	10%	6.340	0%
Conta de Resultados a Compensar - CRC	459.759	13%	-42%	796.505	21%	100%	-	0%
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	260.435	7%	100%	-	0%	100%	-	0%
Ativo Financeiro da Concessão	12.757	0%	-96%	303.624	8%	0%	303.624	8%
Pagamentos Antecipados	795	0%	16%	686	0%	2%	673	0%
Outros Créditos a Receber	36.240	1%	-50%	73.007	2%	156%	28.511	1%
	<u>1.841.188</u>	<u>50%</u>	<u>42%</u>	<u>1.297.996</u>	<u>34%</u>	<u>178%</u>	<u>466.067</u>	<u>12%</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Contas a Receber	149.225	4%	9%	136.742	4%	10%	124.435	3%
Tributos a Recuperar	3.357	0%	-17%	4.051	0%	-87%	32.242	1%
Aplicações Financeiras	32.262	1%	-3%	33.431	1%	49%	22.375	1%
Depósitos Judiciais	58.119	2%	1%	57.559	2%	-8%	62.298	2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.574	1%	-91%	252.638	7%	0%	252.638	7%
Conta de Resultados a Compensar - CRC	-	0%	-100%	357.126	9%	-69%	1.164.415	31%
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	415.393	11%	100%	-	0%	0%	-	0%
Ativo Financeiro da Concessão	33.599	1%	-96%	813.873	22%	0%	814.596	22%
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda	3.126	0%	-2%	3.185	0%	-5%	3.352	0%
Outros Créditos a Receber	457.652	12%	961%	43.116	1%	-2%	44.050	1%
Investimentos	355.473	10%	12%	317.838	8%	7%	297.384	8%
Imobilizado	300.113	8%	-32%	441.896	12%	-5%	467.262	12%
Intangível	3.666	0%	27%	2.889	0%	70%	1.700	0%
	<u>1.835.559</u>	<u>50%</u>	<u>-26%</u>	<u>2.464.344</u>	<u>66%</u>	<u>-25%</u>	<u>3.286.747</u>	<u>88%</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>3.676.747</u>	<u>100%</u>	<u>-2%</u>	<u>3.762.340</u>	<u>100%</u>	<u>0%</u>	<u>3.752.814</u>	<u>100%</u>
PASSIVO CIRCULANTE								
Fornecedores	63.743	2%	20%	53.192	1%	-10%	59.277	2%
Obrigações Trabalhistas	32.002	1%	11%	28.912	1%	-9%	31.837	1%
Provisão para Dividendos	-	0%	-100%	41.613	1%	-25%	55.691	1%
Obrigações Fiscais	13.322	0%	-24%	17.643	0%	-11%	19.876	1%
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	92.445	3%	-47%	176.005	5%	53%	114.950	3%
Provisão para Benefícios a Empregados	61.838	2%	1%	61.288	2%	5%	58.311	2%
Obrigações da Concessão	34.345	1%	-1%	34.571	1%	23%	28.109	1%
Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários	83.886	2%	-6%	89.284	2%	35%	66.380	2%
Outros Passivos	48.717	1%	-54%	106.521	3%	153%	42.077	1%
	<u>430.298</u>	<u>12%</u>	<u>-29%</u>	<u>609.029</u>	<u>16%</u>	<u>28%</u>	<u>476.508</u>	<u>13%</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações	89.225	2%	-35%	137.292	4%	-49%	270.676	7%
Comercialização de Energia na CCEE	73.058	2%	0%	73.058	2%	0%	73.058	2%
Provisão para Benefícios a Empregados	325.387	9%	0%	326.763	9%	-1%	330.184	9%
Obrigações Fiscais	72	0%	100%	-	0%	-100%	60.160	2%
Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários	105.363	3%	25%	83.984	2%	-60%	210.823	6%
Obrigações da Concessão	3.354	0%	2%	3.274	0%	15%	2.837	0%
Receita Recebida Antecipadamente	-	0%	-100%	105.445	3%	17%	90.396	2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	263.141	7%	244%	76.563	2%	-20%	95.126	3%
Outros Passivos	121.706	3%	-32%	178.198	5%	94%	91.633	2%
	<u>981.306</u>	<u>27%</u>	<u>0%</u>	<u>984.577</u>	<u>26%</u>	<u>-20%</u>	<u>1.224.893</u>	<u>33%</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital Social	588.447	16%	0%	588.447	16%	0%	588.447	16%
Reserva de Incentivos Fiscais	1.209.304	33%	0%	1.209.304	32%	4%	1.164.415	31%
Recursos Destinados a Aumento de Capital	620	0%	0%	620	0%	0%	620	0%
Reserva de Lucros	213.827	6%	-4%	221.740	6%	85%	120.055	3%
Outros Resultados Abrangentes	252.945	7%	70%	148.623	4%	-16%	177.876	5%
	<u>2.265.143</u>	<u>62%</u>	<u>4%</u>	<u>2.168.734</u>	<u>58%</u>	<u>6%</u>	<u>2.051.413</u>	<u>55%</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>3.676.747</u>	<u>100%</u>	<u>-2%</u>	<u>3.762.340</u>	<u>100%</u>	<u>0%</u>	<u>3.752.814</u>	<u>100%</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apresentamos a seguir as principais variações ocorridas no Exercício de 2012 comparado a 2011:

Ativo

Investimentos em Títulos do Governo: O aumento de 100% refere-se a transferência da rubrica Conta de Resultados a Compensar onde apresentou redução de 42%.

Indenização Rede Básica Novos Investimentos – RBNI - O aumento de 100% refere-se ao valor de indenização da Rede Básica de Novos Investimentos – RBNI divulgado através do Anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, cujo recebimento será realizado em trinta (30) parcelas mensais, corrigidas por IPCA mais WACC (Weighted Average Cost Of Capital) de 5,59% real ao ano, segundo o que estabelece o Artigo 4º da referida Portaria Interministerial, cujo montante de R\$260,4 encontra-se registrado no ativo circulante e R\$415,4 no ativo não circulante.

Ativo Financeiro da Concessão – A redução de 96% está relacionado com o registro dos valores a receber relativos a indenização da RBNI e do contas a receber relativos aos valores aos ativos da RBSE.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - A Concessionária reverteu seu Ativo Fiscal Diferido. Para isso elaborou estudo técnico de realização do Ativo, conforme estabelece Instrução CVM nº371/2002. Considerando que as projeções de resultados tributáveis em um horizonte de 10 anos estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, foi efetuada a baixa de parte do ativo no montante de R\$229 milhões.

Outros Créditos a Receber - A Concessionária mantém em contas a receber o valor original contábil dos bens, deduzido das depreciações acumuladas no montante de R\$415 milhões, referente à indenização para as instalações de transmissão autorizadas pela ANEEL até 31 de maio de 2000, também denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, embora o Ministério de Minas e Energia ainda não tenha se manifestado sobre o valor de indenização destas instalações.

Passivo

Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações - A redução ocorrida na rubrica Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações, de 47% no circulante e de 35% no não circulante referem-se às liquidações dos empréstimos pelo ingresso da CRC.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido – O aumento de 244% deve-se a constituição do Passivo Fiscal Diferido referente à variação do valor justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda (NTN'B), à Exclusão Temporária – MP 579/2012 (Renovação das Concessões – indenização RBNI), e ao Reconhecimento do Custo Atribuído das usinas de Geração não renovadas.

Patrimônio Líquido

Outros Resultados Abrangentes - O saldo refere-se a variação do valor justo do ativo financeiro disponível para venda (Investimentos em títulos do Governo e Conta de Resultados a Compensar – CRC).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Principais variações ocorridas no Exercício de 2011 comparado com 2010

Ativo

Conta de Resultados a Compensar – A variação refere-se a liquidação do processo da Conta de Resultados a Compensar – CRC que durante o exercício de 2011 foram realizadas inúmeras tratativas junto à União que culminaram, em 26 de janeiro de 2012, com a assinatura de um Termo de Acordo o qual foi homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012.

O saldo de R\$796.505 em 2011 refere-se a 1ª e 2ª tranches previstas para recebimento em fevereiro e dezembro de 2012, respectivamente.

Tributos a Recuperar – A redução de 84% deve-se ao aproveitamento dos valores recolhidos em 2010 para pagamento de tributos em 2011.

Aplicações Financeiras de Longo Prazo – O aumento deve-se ao registro de atualização monetária nas quotas subordinadas do FIDC III e V.

Passivo

Outros Passivos - a variação de 153% em Outros Passivos no Passivo Circulante, refere-se, principalmente, à realização do Acordo Judicial Cível – ABB, do Acordo Judicial Trabalhista – SENGE e SENERGISUL, e da provisão dos Autos de Infração decorrente da multa apagão e do não cumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato de Concessão 055/2001.

Obrigações Fiscais – A redução deve-se a liquidação de parcelamentos com o Receita Federal devido ao Termo de Acordo CRC que prevê liquidação de dívidas com tributos federais.

Todas as demais informações estão apresentadas em notas explicativas das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2012, 31/12/2011 e 31/12/2010.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor:

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT vendeu no primeiro leilão de energia existente, realizado em dezembro de 2004, 260 MW médios para o período de 2005 a 2012 e 152 MW médios para o período 2006 a 2013.

A comercialização da energia da Área de Geração, durante 2005 e 2006 foi realizada através dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, firmados com trinta e cinco empresas Distribuidoras de Energia Elétrica.

A partir de 2007, a Concessionária passou a comercializar energia no Ambiente de Contratação Livre, assinando contratos bilaterais com comercializadoras e consumidores livres.

No ano de 2009, a CEEE-GT promoveu sete ofertas públicas de venda de energia elétrica ao mercado livre, tendo sido negociados 52 GWh, com uma receita de R\$ 1,5 milhões. A concessionária participou de quatro chamadas de outros agentes de mercado, resultando em contratos de curto e longo prazos. As sobras contratuais - energia não vendida em contratos – que representaram 0,4% da energia disponível, foram liquidadas no mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Em 2010, a CEEE-GT promoveu ofertas públicas de venda de energia elétrica ao mercado livre e participou de chamadas públicas de outros agentes, resultando em contratos de curto e longo prazo.

A energia comercializada no corrente ano totalizou 445 MW médios, negociados através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, e em negociações no Ambiente de Comercialização Livre. As sobras contratuais - energia não vendida em contratos – foram liquidadas no mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Em 2011, a CEEE-GT promoveu ofertas públicas de venda de energia elétrica ao mercado livre e participou de chamadas públicas de outros agentes, resultando em contratos de curto e longo prazo.

A energia comercializada no corrente ano totalizou 466,097 MW médios, negociados através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, e em negociações no Ambiente de Comercialização Livre. As sobras contratuais - energia não vendida em contratos – foram liquidadas no mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Em 2012, a CEEE-GT promoveu ofertas públicas de venda de energia elétrica ao mercado livre e participou de chamadas públicas de outros agentes, resultando em contratos de curto e longo prazo.

A energia comercializada no corrente ano totalizou 444,557 MW médios, negociados através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), e em negociações no Ambiente de Comercialização Livre. As sobras contratuais - energia não vendida em contratos – foram liquidadas no mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

RECEITAS/VALORES	2012	%	2011	%	2010 Republicado
Suprimento de Energia Elétrica	358.642	0,57%	356.623	9,99%	324.244
Disponibilização do Sistema de Uso de Transmissão	553.677	9,51%	505.593	10,82%	456.223
Outras Receitas Operacionais	175.265	616,07%	24.476	-69,70%	80.781
Deduções da Receita Operacional	-134.721	8,46%	-124.208	1,21%	-122.729
Total Receita Operacional Líquida	952.863	24,97%	762.484	3,25%	738.519

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

*valores expressos em milhares de reais

Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$ 358.642 refere-se aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$ 553.677 refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de conexão da Geração e do Sistema de Transmissão a terceiros.

Outras Receitas Operacionais - Linearização da Receita da Transmissão

O valor de R\$46.238 (R\$24.630 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao ajuste da linearização da receita da Transmissão das instalações que possuem receitas em forma de degrau.

Outras Receitas Operacionais - Receita de Construção

O valor de R\$58.347 (R\$53.433 em 31 de dezembro de 2011) refere-se aos serviços de construção e melhorias que representam potencial de geração de receita adicional. São integralmente registrados como ativo financeiro em sua fase de construção e tem sua parcela correspondente ao ativo financeiro remunerável transferido somente quando na entrada em operação dos novos investimentos por um processo chamado “unitização”. Na composição dos custos dos serviços de construção e melhorias estão incluídos os materiais e serviços utilizados, além dos custos de gerenciamento, supervisão e acompanhamento de obras. Os serviços de construção e melhorias são executados em sua maioria por empresas terceirizadas e que os custos de gerenciamento e supervisão já estão contemplados no custo de construção, a Concessionária entende ser imaterial um eventual valor de margem de construção.

O aumento em 2012 de Outras Receitas Operacionais da Concessionária foi influenciado, principalmente, pelo ajuste da Receita da Linearização, ou seja, receitas em forma de degrau.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O segmento Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da Receita Anual Permitida e corrigida anualmente pelo IGP-M. No segmento Geração, no ambiente de Contratação Regulado (CCEARs) sua remuneração é corrigida pelo IPCA. No Ambiente de Contratação Livre – ACL, os contratos são corrigidos pelo IGP-M. O Órgão regulador - ANEEL determina os valores da Receita Anual Permitida da transmissão. Para os exercícios de 2010, 2011 e 2012, são:

Em 2010, a parcela negativa de R\$ 24.577, referente ao período 2010/2011, foram compensados nas tarifas do período de julho de 2009 a junho de 2010.

A Resolução Homologatória nº 1.171 de 28 de junho de 2011 e a Nota Técnica 50/2011 SRT/ANEEL de 22 de junho de 2011 ajustou a RAP da CEEE-GT para o período 2011-2012 em 23,60%.

Referente à parcela de ajuste sobre a Receita Anual Permitida o impacto foi de R\$277, divididos em parcela de ajuste relativo ao reajuste R\$7.577 e parcela relativa à 2ª revisão tarifária periódica R\$7.854. Este montante será compensado nas tarifas de julho de 2011 a junho de 2012.

A Resolução Homologatória nº 1.313 de 26 de junho de 2012 e a Nota Técnica 98/2012 SRT/ANEEL de 22 de junho de 2012 ajustou a RAP da CEEE-GT no período de 2012-2013 para R\$514.088 o que representa um reajuste de 6,59%. A Parcela de ajuste sobre a Receita anual Permitida resultou em um valor de R\$(13.352) levando a uma RAP total de R\$500.736, sendo R\$483.086 para o Contrato de Concessão nº 055/2001 e R\$17.650 para o Contrato de Concessão nº 080/2002, o que representa um acréscimo de 3,76%, para o período de 07/2012 a 06/2013. Com a assinatura do 1º Termo aditivo ao

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

contrato de concessão nº 055/2001, a RAP pela prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica passou a ser de R\$177.048, a partir de janeiro de 2013.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT possui dívida em moeda estrangeira (US\$), em 2011 e 2010, e o respectivo impacto no resultado financeiro está representado como segue:

Variação Cambial de Empréstimos e Financiamentos			
Descrição/Valores	2012	2011	2010 Republicado
Receita Financeira	-	33.865	24.976
Despesa Financeira	-	-28.280	-18.625
Total	-	5.585	6.351

Em 2010 a tendência de queda do dólar se confirmou encerrando o exercício cotado a R\$ 1,66, o que consequentemente reduziu a Despesa Financeira, provocando um resultado financeiro positivo com a variação cambial.

Em 2011, o dólar inicia o exercício no patamar de R\$ 1,68 e encerra o exercício em R\$ 1,87, resultando em um impacto negativo, resultando assim em uma despesa financeira.

Dívidas de médio e longo prazo em moeda estrangeira compensadas/liquidadas quando do valor homologado do Termo de Acordo da CRC.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A – TSLE

Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT e a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A constituíram a Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A que tem como objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, sob regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O capital social subscrito é de R\$ 10 representado por 10.000 (dez mil) ações sem valor nominal. A CEEE GT 49% das ações subscritas.

Em reunião do Conselho de Administração da TSLE de 12 de julho de 2012 foi aprovado Adiantamento para futuro Aumento de capital – AFAC no valor de R\$46.000 a ser aportado no período de agosto a dezembro de 2012.

c. eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou inicialmente as normas internacionais de contabilidade (IFRS) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, estando em conformidade com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC até a data atual.

Os Pronunciamentos e Interpretações Técnicos aprovados pela CVM durante o exercício de 2012 são:

- CPC 17 (R1) - Deliberação CVM nº 691 de 08/11/2012 - Contratos de Construção. Esta norma já estará em vigor para o exercício findo em 31/12/2012.
- CPC 18 (R2) - Deliberação CVM nº 696 de 13/12/2012 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. A norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.
- CPC 19 (R2) – Deliberação CVM nº 694 de 23/11/2012 - Negócios em Conjunto – Esta norma entrará em vigor em 01/01/2013.
- CPC 30 (R1) – Deliberação CVM nº 692 de 08/11/2012 – Receitas. Esta norma já estará em vigor para o exercício findo em 31/12/2012.
- CPC 33 (R1) – Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012 - Benefícios a Empregados. Esta norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.
- CPC 35 (R2) – Deliberação CVM nº 693 de 08/11/2012 – Receitas. Esta norma já estará em vigor para o exercício findo em 31/12/2012.
- CPC 36 (R3) – Deliberação CVM nº 698 de 20/12/2012 - Demonstrações Consolidadas - Esta norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.
- CPC 40 (R1) – Deliberação CVM nº 684 de 30/08/2012 - Instrumentos Financeiros - Esta norma já estará em vigor para o exercício findo em 31/12/2012.
- CPC 45 – Deliberação CVM nº 697 de 13/12/2012 - Divulgação de Participações em Outras Entidades – Esta norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.
- CPC 46 – Deliberação CVM nº 699 de 20/12/2012 - Mensuração do Valor Justo – Esta norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.
- ICPC 08 (R1) – Deliberação CVM nº 683 de 30/08/2012 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos. Esta norma já estará em vigor para o exercício findo em 31/12/2012.
- ICPC 09 (R1) – Deliberação CVM nº 687 de 04/10/2012 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. Esta norma já estará em vigor para o exercício findo em 31/12/2012.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Não existem mudanças significativas na adoção dos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis para as Demonstrações Financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2012.

A Companhia espera que dentre as normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de 01/01/2013 a adoção do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, mencionado na nota explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras de 2012 apresentará impacto significativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a CVM aprovou os seguintes pronunciamentos técnicos:

- CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1)- aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011.
- CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011.
- CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 606, de 04 de agosto de 2011.
- CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011.
- CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011.
- CPC 35 (R1) Demonstrações Separadas aprovado pela Deliberação CVM nº667, de 04 de agosto de 2011,
- CPC 36 (R2) Demonstrações Consolidadas aprovado pela Deliberação CVM nº668, de 04 de agosto de 2011, Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma já vêm sendo adotada pela Concessionária em suas Demonstrações Financeiras.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme descrito no item anterior, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

Para as normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de 01/01/2013 a Companhia espera ter impacto quanto a adoção do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, visto que a aplicação desta norma excluirá a possibilidade de utilização do “método do corredor” e consequente registro dos ganhos e perdas atuarial não registrada em contrapartida a outros resultados abrangentes.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As Demonstrações Financeiras da CEEE-GT referente aos exercícios sociais de 2010, 2011 e 2012 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Os diretores da Companhia afirmam que não há ressalvas presentes nos Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012.

Os diretores da Companhia afirmam que a apresentação das demonstrações do valor adicionado (DVA), para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, foi realizada em atendimento à legislação societária brasileira. Estas demonstrações foram também examinadas pelos auditores independentes e estão adequadamente representadas em todos seus aspectos relevantes.

Em relação aos Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as Demonstrações Financeiras, a Companhia identificou parágrafo de ênfase apenas no exercício de 2010, conforme abaixo:

Exercício de 2010:

Parágrafo de Ênfase: Conta de Resultados a Compensar

Conforme descrito na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras de 2010 a Companhia contabilizou o montante de R\$1.376.430 nas demonstrações financeiras, sendo tal valor decorrente do trânsito em julgado em 31 de março de 2009 da decisão proferida nos autos da Ação Ordinária ajuizada em face da União Federal, em que foi reconhecido o direito de computar na Conta de Resultados a Compensar (CRC) os valores pagos a título de complementação/suplementação de aposentadoria com os servidores ex-autárquicos que integravam seu quadro. A Companhia aguarda designação do perito judicial, no processo de liquidação de sentença. O montante contabilizado está suportado pelo cálculo realizado por especialista contratado pela Administração para a data-base de 31 de dezembro de 2009. Esse montante permanece no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 considerando que não houve nenhuma decisão em definitivo que alterasse os critérios de liquidação. Consequentemente, somente após a homologação dos cálculos do perito pelo juízo da liquidação será possível determinar os reflexos nas demonstrações financeiras, se houver, bem como a realização desses créditos, considerando que as formas de utilização do saldo credor da Conta de Resultados está disciplinada em lei federal (Lei nº 8.631/93).

Parágrafo de Ênfase: Parcelamento de Tributos Federais (REFIS IV)

Conforme descrito na nota explicativa nº 26 a. das Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010, em 20 de novembro de 2009 a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de tributos federais estabelecido pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 (REFIS IV). As diferenças entre os valores registrados na contabilidade e os informados no sistema à Receita Federal, relativamente aos débitos existentes no Pedido de Parcelamento Especial – PAES até 30 de setembro de 2009 foram incluídas na composição do saldo do novo parcelamento. A Companhia aguarda a definição dos trâmites na Receita Federal relativos ao Processo Administrativo solicitando a homologação dos valores calculados, sendo que a contabilização e classificação das dívidas foram efetuadas de acordo com as condições estabelecidas nos programas. Consequentemente, a confirmação da totalidade das obrigações dependerá da finalização, pelas autoridades competentes, das análises das dívidas declaradas. Assim, somente após a conclusão dessa análise será possível determinar os possíveis reflexos nas demonstrações, se houver.

Parágrafo de Ênfase: Ativos e Passivos relativos a transações de compra e venda de energia - CCEE

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Conforme detalhado na nota explicativa nº 47 d das Demonstrações Financeiras do exercício 2010 a Companhia tem registrado no ativo não circulante, valores a receber no montante de R\$123.891 mil referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária e no passivo não circulante de R\$73.058 mil relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica — MAE) ocorridas em exercícios anteriores. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Companhia e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

As políticas contábeis críticas adotadas pela empresa estão divulgadas na nota explicativa nº. 4 das demonstrações financeiras.

Em relação a este item os diretores da companhia entendem que é necessário um acompanhamento constante dos principais itens afetados pelas políticas, tendo em vista que existem questões incertas e relevantes que demandam avaliações complexas, exigindo a utilização de informações qualificadas disponíveis, fundamentadas em premissas, cuja análise e revisão são realizadas periodicamente

Contudo, devido à complexidade na elaboração destas estimativas, os diretores entendem que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, levando em conta também as mudanças que freqüentemente ocorrem no setor elétrico e suas implicações do ponto de vista regulatório. Qualquer divergência constatada entre o critério utilizado e o realizado é reconhecida no período no qual as estimativas são revisadas.

Desta forma, visando proporcionar um entendimento de como a Companhia formula as suas projeções, levando em conta as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, adicionamos comentários relativos a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

Transações de energia elétrica na CCEE:

Estas transações estão registradas pelo regime de competência sendo que nos meses em que as informações não são recebidas em tempo hábil, faz-se o registro baseados em estudos técnicos da área competente que leva em consideração parâmetros disponível no mercado.

Passivos contingentes:

A empresa possui atualmente ações de natureza, trabalhista, fiscal, tributária, regulatória e ambiental. Os passivos são registrados utilizando-se critérios que contemplem o cálculo que permita a apuração dos valores de forma mais real possível. Os valores constantemente são ajustados de acordo com a fase processual e informados mediante parecer jurídico que contemplam o possível desfecho de cada ação, reconhecidos no resultado do exercício os casos que representam perdas prováveis, conforme análise efetuada pelo corpo jurídico da Companhia.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego:

Em relação aos ganhos e perdas atuariais a Companhia utilizava a abordagem do “corredor” (onde o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais correspondia à parcela de ganho ou perda que excedia o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial ou 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano) para diferir o seu reconhecimento no resultado e reconhece o custo de serviço passado do plano de contribuição definido implantado em

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

outubro de 2002, no tempo remanescente de serviço de empregados, conforme item 96 do CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº.600.O item constantemente está sendo revisado e o cálculo efetuado por meio de avaliação atuarial, pois na sua estimativa contempla variáveis, como idade e taxa de juros que não são do domínio da empresa.

Para o exercício de 2013 foram contempladas as alterações na legislação vigente, CPC 33(R1) Deliberação CVM 695 de 13/12/2012. A nova norma eliminou a possibilidade de amortização dos ganhos ou perdas atuariais pelo método do “corredor” e o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais não registrados no balanço foram reconhecidos em outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:

O cálculo leva em consideração as diferenças temporárias, constituídas principalmente por provisões. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não é mais realizável através dos lucros tributáveis futuros. Premissa fundamental utilizada na constituição do mesmo é a existência de lucro tributável no período de 10 anos. No exercício de 2012, conforme indicaram os estudos técnicos de viabilidade, submetidos ao Conselho de Administração, houve a desconstituição total deste ativo tendo em vista as alterações ocorridas no setor elétrico que afetaram significativamente as projeções dos resultados da empresa.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

A fim de apurar os instrumentos financeiros pelo valor justo, a companhia utiliza-se de suas cotações de mercado ou estima o seu valor justo por meio de metodologia de avaliação/apreçamento quando o instrumento financeiro não possui mercado ativo.

Ativo Financeiro da Concessão:

O ativo financeiro da concessão corresponde ao direito de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ao final da concessão.

Corresponde a parcela estimada dos investimentos na infraestrutura a serviço da concessão de distribuição realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. A fim de determinar o valor da indenização dos bens reversíveis ao final da concessão, cada bem integrante da infraestrutura possui vida útil-econômica estimada pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia tem como responsabilidade a gestão dos controles internos. A companhia com o objetivo de minimizar, detectar e evitar erros, possui sistemas de informações razoáveis e um conjunto de instrumentos normativos visando instruir todos os colaboradores para correta execução dos serviços, contemplando aspectos legais e regulatórios. Estes controles têm como objetivo fornecer confiança suficiente relativo às informações para a elaboração das Demonstrações Contábeis.

A Administração entende que a Companhia pratica níveis adequados de controles internos de forma a assegurar a confiabilidade dos relatórios financeiros e contábeis. Os aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração são encaminhados às áreas responsáveis com objetivo de verificar a eficiência dos processos e a correção das informações, visando atender as normas internas e externas.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT tem suas contas auditadas pela auditoria independente, pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado, bem como pelo órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o qual recebe anualmente o Relatório de Controles Internos da CEEE-GT.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Administração da Companhia avalia detalhadamente as recomendações elaboradas pelos auditores independentes quando do recebimento do relatório que aborda os controles internos da Empresa, apurando as oportunidades de melhorias nos aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela Administração. Cabe destacar que não foram apontadas deficiências relevantes que possam vir a prejudicar a confiabilidade das demonstrações financeiras elaboradas pela CEEE-GT para os exercícios de 2010, 2011 e 2012. O relatório dos auditores independentes, emitido em 25/03/2013, referente ao exercício de 2012, não apresenta qualquer apontamento contrário, como parágrafos de ênfase ou ressalvas.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

A Companhia não efetuou oferta pública nos três últimos exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Conforme relatado no item 10.8, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.